



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA
FUNDAÇÃO INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
“José Gomes da Silva” – Fundação ITESP

CONCURSO PÚBLICO

028. PROVA OBJETIVA

ANALISTA DE DESENVOLVIMENTO FUNDIÁRIO – AGRIMENSURA

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno contendo 50 questões objetivas e o caderno de redação.
- ◆ Confira seu nome e número de inscrição impressos nas capas dos cadernos e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir os cadernos, verifique se estão completos ou se apresentam imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **08**.

O equilibrista bêbado

Girar pratos constitui um tradicional ato circense, no qual um malabarista mantém um grande número de pratos girando sobre varetas. Frequentemente, o ato é combinado com acrobacias e sequências humorísticas. Girar pratos é também uma conhecida metáfora para o trabalho gerencial. Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”.

Colin Price, diretor da consultoria McKinsey & Company, em Londres, fez eco ao senso comum: publicou, há alguns meses, um artigo na revista da empresa, sugerindo que liderança se tornou, de fato, a arte de girar pratos. O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre triviais.

Sua principal premissa é que a forma racional para buscar melhores resultados nas organizações, com foco em questões financeiras e operacionais, com metas, pode não ser a maneira mais eficaz. Não deixa de parecer irônico, dado sua empresa ter construído um impressionante portfólio de clientes com a venda justamente desse tipo de abordagem. Price parece ter descoberto que, embora gostemos de ver as empresas como manifestações da racionalidade, a realidade frequentemente nos mostra que ações e decisões corporativas são comumente marcadas pela imprevisibilidade e pela excentricidade do comportamento humano.

A sugestão de Price é abraçar a condição paradoxal da vida corporativa e buscar situações de equilíbrio. Assim como os malabaristas tentam manter seus pratos no ar, os executivos devem tentar direcionar esforços para incentivar os comportamentos capazes de alinhar as organizações com as suas maiores prioridades.

O consultor identifica grandes paradoxos da vida corporativa. Dois deles merecem destaque. O primeiro envolve mudanças e estabilidade. Toda empresa que deseja sobreviver precisa manter-se no passo de mudança de seu ambiente. Frequentemente, isso implica realizar alterações na estratégia, reformar estruturas, renovar quadros e acelerar o desenvolvimento e o lançamento de produtos. No entanto, o excesso de mudanças causa estresse e gera resistência. Mais sensato é procurar o equilíbrio entre mudança e estabilidade, com respeito aos limites das pessoas e dos processos.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

A mensagem de Price tem méritos. De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos devem reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. Infelizmente, muitos parecem agir como equilibristas bêbados. Sobra-lhes desinibição e falta-lhes consciência. Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar.

(Thomaz Wood Jr., www.cartacapital.com.br, 07.07.2013. Adaptado)

- 01.** A comparação entre a gestão de negócios e a arte de girar pratos, estabelecida no texto, diz respeito ao fato de que os executivos precisam
- (A) saber agir com constância e manter-se inflexíveis em suas convicções, primando pela estabilidade acima de tudo.
 - (B) atuar em diversas frentes e balancear diferentes demandas, em um contexto marcado por contradições.
 - (C) aceitar o fato de que é imprescindível permanecer em constante e acelerada mudança, ignorando as resistências.
 - (D) combater e anular os paradoxos que podem surgir em suas organizações, buscando preservar a produtividade.
 - (E) antecipar os possíveis entraves ao crescimento, em um ambiente em que é impossível definir prioridades e traçar metas.
- 02.** De acordo com o autor, a opinião de Colin Price acerca da relação entre liderança e a arte de girar pratos parece irônica, porque o consultor descreve o meio empresarial como
- (A) hostil e difícil de ser administrado com base em pressupostos humanistas.
 - (B) caótico, denunciando falhas de gestão no interior da empresa que representa.
 - (C) excêntrico e, portanto, impermeável à análise de empresas de consultoria.
 - (D) menos conturbado do que o que vinha sendo divulgado pela mídia londrina.
 - (E) mais influenciado pela irracionalidade do que a McKinsey & Company costumava defender.
- 03.** O termo destacado em – O consultor refere-se aos paradoxos característicos da vida nas organizações e à necessidade de os executivos buscarem posições de equilíbrio, nem sempre **triviais**. – tem o sentido de
- (A) exequíveis.
 - (B) justificadas.
 - (C) decorosas.
 - (D) convencionais.
 - (E) heterodoxas.

04. As expressões destacadas em – A sugestão de Price é **abraçar** a condição paradoxal da vida corporativa e **buscar** situações de equilíbrio. – estão, correta e respectivamente, substituídas, sem alteração de sentido e seguindo as regras de regência da norma-padrão da língua portuguesa, por:

- (A) acatar sobre a ... ir em busca ante
- (B) acatar pela ... ir em busca nas
- (C) acatar na ... ir em busca para
- (D) acatar da ... ir em busca a
- (E) acatar a ... ir em busca de

Releia o penúltimo parágrafo para responder às questões de números 05 e 06.

O segundo paradoxo envolve controle e autonomia. Toda organização necessita de normas e processos. Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras. Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento. Por outro lado, o excesso de controle condena os funcionários à condição de meros executores. Como as bandas de jazz, as empresas precisam de regras básicas para operar, de forma que cada profissional possa, no momento correto, improvisar e criar.

05. Considere as frases e a relação de sentido que estabelecem no parágrafo:

- (a) Algumas empresas, entretanto, por incapacidade gerencial, operam em um vácuo de regras.
- (b) Tornam-se erráticas e caóticas, tomando decisões ao sabor do momento.

É correto afirmar que as frases (a) e (b) estabelecem, entre si, uma relação de

- (A) tempo e modo.
- (B) causa e consequência.
- (C) conformidade e condição.
- (D) alternância e proporção.
- (E) comparação e concessão.

06. No contexto da argumentação do parágrafo, marcada pelo contraste entre ideias, a comparação com as bandas de jazz serve para destacar a importância de haver equilíbrio entre

- (A) investimento e infraestrutura.
- (B) planejamento e imprevisibilidade.
- (C) talento e criatividade.
- (D) ordem e profissionalismo.
- (E) conhecimento e técnica.

07. No trecho do último parágrafo – De fato, para enfrentar os desafios do dia a dia, os executivos **devem** reconhecer que sua atividade é permeada por contradições. –, a forma verbal em destaque expressa uma

- (A) recomendação.
- (B) dúvida.
- (C) comparação.
- (D) estimativa.
- (E) hesitação.

08. Considere as frases:

- Muitos executivos, quando interrogados sobre sua rotina, respondem com a frase: “continuo tentando manter os pratos no ar”. (primeiro parágrafo)
- Se trabalhassem “sóbrios”, talvez fossem capazes de reconhecer a real natureza de sua tarefa e manter todos os pratos no ar. (último parágrafo)

É correto afirmar que as aspas sinalizam, em “continuo tentando manter os pratos no ar” e “sóbrios”, respectivamente,

- (A) a ironia na fala de um personagem e uma palavra inventada pelo autor.
- (B) o título de uma obra e uma palavra com sentido pejorativo.
- (C) uma expressão com sentido irônico e uma palavra de língua estrangeira.
- (D) uma citação e uma palavra empregada com sentido figurado.
- (E) uma dúvida e uma palavra que não condiz com a opinião do autor.

09. Assinale a alternativa em que a concordância segue a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) O estresse e a resistência são, comumente, gerado pelo excesso de mudanças.
- (B) Orientar-se por normas são algo essencial para qualquer organização.
- (C) São necessárias regras básicas para que as empresas possam operar eficazmente.
- (D) Existe vários méritos na mensagem de Colin Price.
- (E) Alguns executivos esbanjam desinibição, mas não dispõe de consciência.

10. Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas, seguindo as normas de uso do acento indicativo de crase.

Price defende _____ ideia de que a forma racional para chegar _____ melhores resultados nas organizações pode não equivaler _____ maneira mais eficaz.

- (A) a ... a ... à
- (B) a ... à ... à
- (C) à ... à ... à
- (D) à ... à ... a
- (E) a ... à ... a

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

11. Assinale a alternativa correta a respeito dos princípios da Administração Pública.
- (A) Em relação ao princípio da legalidade, aplicável igualmente ao particular, pode-se afirmar que a Administração Pública pode fazer tudo o que a lei não proíbe.
 - (B) Tendo em vista o princípio da impessoalidade, a lei veda à Administração Pública, em qualquer hipótese, contratar obras e serviços diretamente, sem o procedimento licitatório.
 - (C) A violação do princípio da moralidade pelo administrador público enseja a propositura da ação popular, que pode ser proposta pelo cidadão ou pelo Ministério Público.
 - (D) Atos de improbidade administrativa que atentem contra os princípios da Administração Pública podem acarretar a cassação dos direitos políticos do infrator.
 - (E) O princípio da eficiência autoriza que a Administração Pública possa exonerar o servidor público estável em razão de insuficiência de desempenho.
12. Na hipótese de a Administração Pública constatar que editou um ato administrativo com vício que o torna ilegal, ela deverá
- (A) anular o ato, com base no princípio da autotutela.
 - (B) revogar o ato, com base no princípio da moralidade.
 - (C) postular a anulação do ato perante o Judiciário, uma vez que somente este pode anular um ato administrativo.
 - (D) aguardar o prejudicado requerer a revogação do ato.
 - (E) revogar o ato, com base no princípio da indisponibilidade, na hipótese de ter prejudicado terceiros.
13. Assinale a alternativa que contempla apenas órgãos da Administração Indireta.
- (A) Secretaria da Fazenda e Gabinete do Governador.
 - (B) Ministério Público e autarquia.
 - (C) Empresa pública e sociedade de economia mista.
 - (D) Secretaria da Educação e Fundação ITESP.
 - (E) Delegacia de Polícia e agências reguladoras.
14. Considerando o regime jurídico das fundações, é correto afirmar que
- (A) possuem personalidade jurídica atribuída a um patrimônio preordenado, afeto a um fim social, visando à percepção de lucro, submetidas a um regime de direito privado.
 - (B) podem ser instituídas pela iniciativa privada ou podem ter o poder público como seu instituidor, sempre dotadas de autonomia administrativa.
 - (C) podem ser instituídas pelo poder público quando este pretender intervir no domínio econômico e atuar na mesma área de mercado em competição com o particular, mas sempre na defesa do interesse público.
 - (D) o seu nascimento se dá com o registro do decreto que criou a fundação no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.
 - (E) as fundações governamentais sujeitam-se à responsabilidade civil na modalidade subjetiva, em obediência aos princípios constitucionais da Administração Pública.
15. No que tange aos privilégios tributários que a Constituição Federal prevê em favor das fundações públicas, é correto afirmar que estas possuem imunidade tributária quanto
- (A) às taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
 - (B) às contribuições de melhoria, decorrentes de obras públicas.
 - (C) a qualquer tipo de imposto, desde que sejam reconhecidas como entidades de utilidade pública pelo Governo Federal.
 - (D) aos impostos sobre a sua renda, o seu patrimônio e os seus serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
 - (E) a todos os tributos relacionados a suas atividades previstos na Constituição Federal.
16. Tendo em vista o regime jurídico dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.
- (A) A Administração Pública tem a prerrogativa de executar seus atos e decisões diretamente sobre o particular, sem a intervenção do Poder Judiciário.
 - (B) O ato discricionário é de competência da Administração Pública, mas pode ser submetido ao crivo do Poder Judiciário, que tem poderes para examinar o seu mérito.
 - (C) O ato administrativo vinculado é aquele que permite à Administração Pública examinar a conveniência e oportunidade do serviço público quando da sua edição.
 - (D) O direito brasileiro não admite a convalidação de atos administrativos.
 - (E) Os atos administrativos são irrevogáveis.

17. É um exemplo de ato administrativo discricionário:

- (A) concessão de uma licença em favor do administrado para desenvolver uma atividade lícita.
- (B) admissão do particular em escolas ou universidades públicas.
- (C) deferimento de licença para dirigir veículos automotores.
- (D) concessão de gozo de licença-prêmio requerida pelo servidor público.
- (E) concessão de aposentadoria ao servidor quando este completa 70 anos.

18. São ambos princípios aplicáveis aos processos administrativos:

- (A) verdade sabida e formalismo processual.
- (B) publicidade e pessoalidade.
- (C) verdade material e garantismo.
- (D) disciplina e tipicidade.
- (E) contraditório e informalismo procedimental.

19. Considerando a doutrina prevalente acerca da classificação dos direitos humanos fundamentais, é correto afirmar que é exemplo de liberdade positiva o direito

- (A) de ir e vir.
- (B) à vida.
- (C) à saúde.
- (D) à propriedade.
- (E) à segurança pessoal.

20. Conforme dispõe a Lei n.º 12.527/2011, o pedido de acesso à informação

- (A) deve ser feito, exclusivamente, por meio de acesso a sítio na internet criado especialmente para essa finalidade.
- (B) relativo à informação disponível, deve ser atendido de imediato pelo respectivo órgão ou entidade pública.
- (C) pode ser feito por qualquer interessado, sem que seja necessário identificar-se.
- (D) de interesse público, pode ser condicionado ao atendimento de exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação.
- (E) ficará condicionado ao recolhimento da taxa devida pela prestação do serviço público.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Constituição Estadual de São Paulo, ao tratar da Política Agrícola, Agrária e Fundiária, estabelece que

- (A) o Estado compatibilizará a sua ação na área agrícola e agrária para garantir as diretrizes e metas do Programa Nacional de Reforma Agrária.
- (B) a ação de órgãos oficiais atenderá aos imóveis que cumprem a função social da propriedade e aos médios produtores rurais, preferencialmente.
- (C) a concessão real de uso de terras públicas far-se-á por meio de escritura pública, na qual constarão, além de outras, cláusulas definidoras da obrigatoriedade da exploração das terras, de modo pessoal, pelo beneficiário, para cultivo que atenda ao plano nacional de ação fundiária.
- (D) o Estado, mediante decreto estadual, criará um Conselho de Desenvolvimento Rural.
- (E) caberá ao Poder Público organizar o abastecimento alimentar, assegurando, preferencialmente, as condições para a produção de alimentos da fruticultura tropical.

22. Aos imóveis rurais desapropriados para fins de reforma agrária, a Constituição Federal de 1988 prevê que

- (A) são isentas de impostos federais e municipais as operações de transferência que os envolvam.
- (B) cabe à lei ordinária estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumaríssimo, para o procedimento judicial de desapropriação.
- (C) as benfeitorias úteis e voluptuárias serão indenizadas em dinheiro.
- (D) o orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício financeiro.
- (E) o decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União, mediante prévia aprovação do Congresso Nacional, a propor a ação de desapropriação.

23. O cumprimento da função social da propriedade rural ocorre quando ela atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, dentre outros, o seguinte requisito:

- (A) cooperativismo.
- (B) aproveitamento racional e adequado.
- (C) habitação para o trabalhador rural.
- (D) exploração que favoreça o incentivo à pesquisa e à tecnologia.
- (E) observância das disposições que regulam os instrumentos creditícios e fiscais.

24. A Lei n.º 10.207/99, que cria a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”, ITESP, dispõe que a Fundação
- terá por objetivo planejar e executar as políticas agrária e fundiária no âmbito do Estado.
 - gozará de autonomia jurídica.
 - ficará isenta de tributos federais e municipais.
 - é constituída pelos órgãos denominados Conselho da Agricultura Familiar e Diretoria Administrativa.
 - fornecerá, à Secretaria da Fazenda e à Secretaria do Meio Ambiente, os documentos necessários ao controle de resultados e de legitimidade.
25. É importante a verificação das condições de uso dos instrumentos topográficos antes da jornada de trabalho. Uma das verificações na Estação Total é estacioná-la num ponto qualquer, nivelar e fazer uma visada, na posição direta da luneta, num ponto “A” bem definido e elevado e, a seguir, baixa-se a luneta e faz-se uma leitura “L1” numa régua apoiada no solo ou próximo dele. Em seguida, com a luneta na posição invertida, visa-se o ponto “A”, baixa-se a luneta e faz-se a leitura “L2”, na régua. Esse procedimento é utilizado para verificar o perpendicularismo entre os eixos
- horizontal e de colimação.
 - de colimação e vertical.
 - horizontal e vertical.
 - vertical e do nível tórico.
 - horizontal e do nível tórico.
26. No levantamento topográfico convencional, os ângulos horizontais dos pontos do apoio, segundo a NBR 13 133:1994, devem ser medidos pelo método
- das direções.
 - dos ângulos simples.
 - dos ângulos duplos.
 - das irradiações.
 - das interseções.
27. Ao desenvolver um nivelamento geométrico, preferencialmente, o instrumento nível ocupa a seguinte posição:
- próximo do ponto de ré.
 - próximo ao ponto de vante.
 - estacionado no ponto de ré.
 - equidistante dos pontos de vante e ré.
 - estacionado no ponto de vante.
28. O fechamento angular de uma poligonal fechada com ângulos de deflexão (D) é dado por
- $\Sigma Dd - \Sigma De = 540^\circ$
 - $\Sigma Dd + \Sigma De = 540^\circ$
 - $\Sigma Dd - \Sigma De = 360^\circ$
 - $\Sigma Dd + \Sigma De = 360^\circ$
 - $\Sigma Dd + \Sigma De = 180^\circ$
29. Para executar uma irradiação de pontos de interesse, é possível estacionar o instrumento num ponto monumentado e determinar suas coordenadas utilizando o teorema de Pothenot. Para esse procedimento, é necessário visar
- três pontos com azimutes conhecidos.
 - três pontos com coordenadas conhecidas.
 - um ponto com coordenadas conhecidas.
 - dois pontos com azimutes conhecidos.
 - dois pontos com coordenadas conhecidas.
30. Conhecidas as coordenadas, no Sistema Topográfico Local, dos pontos de divisa de uma propriedade, a sua área pode ser determinada por
- $2A = \sum_{n=1}^n X_n \div (Y_{n+1} + Y_{n-1})$
 - $2A = \sum_{n=1}^n X_n * (Y_{n+1} + Y_{n-1})$
 - $2A = \sum_{n=1}^n X_n * (Y_{n+1} - Y_{n-1})$
 - $2A = \sum_{n=1}^n X_n + (Y_{n+1} + Y_{n-1})$
 - $2A = \sum_{n=1}^n X_n - (Y_{n+1} - Y_{n-1})$
31. Ao realizar os cálculos para o fechamento da poligonal de apoio, as coordenadas provisórias ou parciais são determinadas utilizando-se os modelos matemáticos
- $x = d * \text{sen } Az ; y = d * \text{cos } Az.$
 - $x = d * \text{cos } Az ; y = d * \text{sen } Az.$
 - $x = d * \text{tg } Az ; y = d * \text{cos } Az.$
 - $x = d * \text{cos } Az ; y = d * \text{cos } Az.$
 - $x = d * \text{sen } Az ; y = d * \text{sen } Az.$

32. Para locação do ponto “A” (XA, YA) de um projeto, utilizou-se o ponto 5 (X5, Y5) da poligonal do levantamento topográfico que está referenciado ao Sistema Topográfico Local. Nesse caso, a distância “d” do ponto 5 ao ponto “A” e a origem angular para essa locação são, respectivamente,

- (A) $d^2 = (\Delta X^2 + \Delta Y^2)$; a ré no ponto 4.
 (B) $d^2 = (\Delta X^2 - \Delta Y^2)$; a ré no ponto 4.
 (C) $d^2 = (\Delta X^2 + \Delta Y^2)$; a vante no ponto 6.
 (D) $d = (\Delta X^2 + \Delta Y^2)^{\frac{1}{2}}$; Norte Verdadeiro.
 (E) $d = (\Delta X^2 - \Delta Y^2)^{\frac{1}{2}}$; Norte Verdadeiro.

33. Os cálculos de fechamento da poligonal de apoio de um levantamento topográfico planimétrico apontaram um erro em “x” igual a $e_x = 0,03$ m e em “y” igual a $e_y = 0,04$ m. O perímetro dessa poligonal é de 420,00 m. O erro relativo de fechamento é

- (A) 1 : 6500.
 (B) 1 : 8400.
 (C) 1 : 10500.
 (D) 1 : 12400.
 (E) 1 : 14000.

34. A representação matricial do modelo matemático básico do ajustamento de poligonais pelo método paramétrico, sendo: a = ajustado; b = bruto; o = parâmetro desconhecido, é

- (A) $Lb = F (Vo)$.
 (B) $La = F (Vo)$.
 (C) $Lb = F (Xb)$.
 (D) $La = F (Xb)$.
 (E) $La = F (Xa)$.

35. Na planilha do nivelamento geométrico apresentada a seguir, faltam alguns valores.

P _{TO}	COTA INSTRUMENTO	LEITURA RÉ	LEITURA VANTE	COTA
1	51,228	1,228		50,000
2			1,473	
3	50,911		1,792	
4				48,515

Na sequência de preenchimento dessa planilha, os valores, em metros, são:

- (A) 49,436; 49,755; 2,396; 1,475.
 (B) 49,755; 49,119; 1,153; 2,077.
 (C) 49,755; 49,436; 1,475; 2,396.
 (D) 52,701; 53,020; 1,475; 2,396.
 (E) 53,020; 52,701; 2,396; 1,475.

36. Para a demarcação de uma área, tomaram-se as projeções cartográficas (N,E) dos pontos da divisa e calcularam-se as distâncias e os ângulos para preparar a ordem de serviços. As alterações que precisam ser aplicadas nas distâncias e nos ângulos são, respectivamente,

- (A) a convergência meridiana e o coeficiente de deformação.
 (B) a convergência meridiana e a escala da carta.
 (C) o coeficiente de deformação e a convergência meridiana.
 (D) a escala da carta e a altitude dos pontos.
 (E) a escala da carta e o coeficiente de deformação.

37. Para o desenvolvimento de poligonais de apoio imediato, o INCRA define uma precisão posicional $\leq 0,20$ m. Nesse caso, as coordenadas das estações dessa poligonal podem ser determinadas pelo posicionamento GNSS dos tipos

- (A) semicinemático ou estático rápido.
 (B) relativo cinemático ou estático rápido.
 (C) ponto preciso ou DGPS.
 (D) RTK ou diferencial pós-processado.
 (E) relativo estático ou estático rápido.

38. O cadastro técnico é uma importante ferramenta para os gestores públicos. Para ser eficiente precisa ter uma boa base cartográfica, com informações geométricas e descritivas das propriedades. Assim, dentre outros, são objetivos do cadastro
- (A) garantir a propriedade, estabelecer as escalas da base cartográfica e georreferenciar as propriedades.
 - (B) estabelecer as escalas da base cartográfica e definir um sistema de informações geográficas.
 - (C) estabelecer o apoio topográfico das propriedades, a gestão ambiental e melhorar a forma de ocupação do espaço.
 - (D) desenvolver a gestão ambiental, os procedimentos para a execução dos levantamentos topográficos e a identificação dos equipamentos urbanos.
 - (E) estabelecer uma cobrança justa de impostos, garantir a propriedade e o planejamento governamental.
39. Em uma foto interpretação há vários elementos básicos de reconhecimento e identificação. O elemento que se refere à intensidade de energia eletromagnética refletida por um tipo de objeto na superfície terrestre é o(a)
- (A) tonalidade.
 - (B) textura.
 - (C) sombra.
 - (D) densidade.
 - (E) padrão.
40. A atividade que envolve a tomada de decisão ou posição entre alternativas tecnicamente controversas ou que decorrem de aspectos subjetivos é o conceito de
- (A) vistoria.
 - (B) parecer.
 - (C) perícia.
 - (D) arbitramento.
 - (E) inspeção.
41. A vistoria é uma atividade importante na perícia de imóveis rurais. No caso da caracterização do imóvel e de seus elementos, dentre as informações necessárias, destacam-se
- (A) melhoramentos públicos; restrições de uso; vocação econômica.
 - (B) classificação da terra; estimativa de colheitas; áreas de preservação.
 - (C) deficiência de nutrientes; aptidões agrícolas; erosão do solo.
 - (D) rede hidrográfica; cobertura vegetal; transporte coletivo e da produção.
 - (E) rede de armazenamento; serviços comunitários; benfeitorias e acessões.
42. A ação discriminatória de terras públicas se inicia por via administrativa. O objetivo principal dessa ação é a separação da área que é
- (A) devoluta da particular.
 - (B) federal da particular.
 - (C) federal da estadual.
 - (D) estadual da municipal.
 - (E) devoluta da estadual.
43. Considerando que uma ação discriminatória de terras públicas envolve algumas etapas, inicialmente, antes da convocação dos interessados, é realizada a
- (A) apuração das áreas desocupadas.
 - (B) caracterização do perímetro.
 - (C) indicação das posses legítimas.
 - (D) caracterização dos títulos nulos.
 - (E) demarcação e medição das áreas ocupadas.
44. O aplicativo DATAGEOSIS permite configurar a planilha, linha a linha, de acordo com o método de leitura angular e medida da distância realizados, mas é fundamental identificar o tipo de ponto. No caso de um ponto não acessível, é possível determiná-lo utilizando-se o procedimento definido no tipo
- (A) ponto resultante.
 - (B) irradiado.
 - (C) ponto fixo.
 - (D) ponto auxiliar.
 - (E) intersecção a vante.
45. O GEOMEDIA PROFESSIONAL é uma ferramenta de banco de dados geográficos para criar e manipular informações georreferenciadas que permite a integração de dados de múltiplas fontes e formatos. Antes de iniciar qualquer trabalho com essa ferramenta, é necessário criar o arquivo
- (A) Map Window.
 - (B) Data Window.
 - (C) Workflow.
 - (D) Catalogs.
 - (E) Geoworkspace.
46. No MICROSTATION, o comando que define uma cerca em torno de elementos a serem manipulados é o
- (A) Void.
 - (B) Overlap.
 - (C) Drop element.
 - (D) Fence.
 - (E) Contents.

47. A administração do Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social (PPAIS), segundo o que estabelece a Lei n.º 14.591/11, caberá a uma Comissão Gestora, que deverá ser integrada pelos representantes, dentre outros, da
- (A) Fundação Prefeito Vaz de Vasconcelos (CEBAN).
 - (B) Secretaria do Meio Ambiente.
 - (C) Secretaria de Minas e Energia.
 - (D) Coordenadoria de Gestão Social Integral.
 - (E) Casa Civil.
48. Constitui objetivo do PPAIS (Programa Paulista da Agricultura de Interesse Social), dentre outros:
- (A) obter a melhoria das condições sociais da agricultura familiar.
 - (B) efetivar a articulação integrada de órgãos setoriais responsáveis pela produção.
 - (C) favorecer a aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar nas compras feitas por entidades públicas federais e municipais.
 - (D) estimular a produção da agricultura familiar, contribuindo para a prática de preços adequados e ampliação do mercado de consumo.
 - (E) fomentar o incremento de material biodegradável para a produção dos produtos da agricultura familiar.
49. A Lei n.º 14.750, de 27 de abril de 2012, que alterou a Lei n.º 11.600, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado, estabelece que:
- (A) em áreas de terras devolutas estaduais não superiores a 10 módulos fiscais, vigentes na data da publicação desta Lei, situadas nos Municípios da 10.ª Região Administrativa do Estado, cujas posses não sejam passíveis de legitimação ou outorga de permissão de uso, pode-se aplicar o instituto da regularização da posse, na forma estabelecida nesta Lei.
 - (B) a Fazenda Estadual poderá renunciar da discriminação das áreas não superiores a 17 módulos fiscais, mediante arbitragem judicial homologada em autos apartados das respectivas ações discriminatórias.
 - (C) considera-se regularização de posse a alienação onerosa ao ocupante, pessoa física ou jurídica, que mantiver, sem oposição, posse efetiva por prazo mínimo e ininterrupto de cinco anos.
 - (D) para fins de regularização de posse, entende-se como posse efetiva, para a pessoa física, a morada permanente e a exploração de 50% da área correspondente a um módulo rural.
 - (E) é vedada a regularização de área cujo ocupante tenha sido beneficiado anteriormente à edição desta Lei, por regularização de outra área devoluta que, subtraída à ocupada na 10.ª Região Administrativa, exceda a vinte módulos fiscais.
50. Para os fins da Lei n.º 11.600/03, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10.ª Região Administrativa do Estado e dá outras providências correlatas, são terras devolutas reservadas:
- (A) as necessárias à implantação de estabelecimento privado municipal e estadual.
 - (B) as adjacentes às quedas d'água passíveis de aproveitamento industrial em instalações hidráulicas ou na produção de energia hidroelétrica.
 - (C) as que contenham minas e fontes de águas minerais passíveis de utilização humana, excluindo os terrenos adjacentes necessários à sua exploração.
 - (D) as que constituam margens de rios não navegáveis, compreendidas em uma faixa de 10 metros, contados a partir das enchentes ordinárias.
 - (E) as necessárias à consecução de qualquer outro fim de interesse público ou privado, devidamente caracterizado em Lei.

